

## Políticas de formação inicial docente em Educação Física no Brasil: uma revisão integrativa

Policies for initial teaching training in Physical Education in Brazil:  
an integrative review

Lucas Paula Rodrigues<sup>1</sup>

Patric Paludett Flores<sup>2</sup>

Leonardo Cordeiro Queiroz<sup>3</sup>

Vânia Matias Souza<sup>4</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa objetivou analisar a produção científica sobre as políticas de formação inicial docente em Educação Física no Brasil. Para tal, adotou-se dos princípios básicos da revisão integrativa. A coleta das produções ocorreu por meio das plataformas eletrônicas SciELO e CAPES periódico. Foram encontrados 983 artigos, os quais passaram por critérios de inclusão/exclusão, restando ao final 29 artigos selecionados. A partir da produção levantada, emergiram-se quatro categorias de análise: a) contextualização do cenário das publicações; b) mapeamento dos pesquisadores sobre a temática; c) procedimentos metodológicos utilizados nas pesquisas; e, d) enfoque temático abordado nas produções científicas analisadas. Os resultados mostraram que as pesquisas estão associadas às ações formativas na formação inicial docente em Educação Física, diretrizes de formação inicial docente, embates entre as habilitações (Licenciatura e Bacharelado), currículos dos cursos de Educação Física e a relação da formação inicial docente com a sociedade contemporânea. Ademais, nota-se que as políticas de formação inicial docente em Educação Física, e as concepções que dela resultam, estão atreladas aos princípios da sociedade neoliberal, dos meios de produção flexível e das mutações advindas da sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Educação Física; Formação de Professores; Políticas Educacionais.

**Abstract:** This research aimed to analyze the scientific production on the policies of initial teacher education in Physical Education in Brazil. To this end, the basic principles of integrative review were adopted. The collection of productions took place through the electronic platforms SciELO and CAPES periodical. 983 articles were found, which went through inclusion / exclusion criteria, leaving 29 selected articles at the end. From the survey raised, four categories of analysis emerged: a) contextualization of the publications scenario; b) mapping of researchers on

---

1 Licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Bacharel em Educação Física pela Unicesumar. Mestrando em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM) na linha de Políticas e Gestão em Educação.

2 Licenciado em Educação Física pelo Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria (CEFD/UFSM). Especialista em Educação Física Escolar (CEFD/UFSM). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFSM). Doutor em Educação Física pelo Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física da Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina (PEF/UEM-UEL). Professor do Departamento de Ciências do Movimento Humano da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e do Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR).

3 Licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM) na linha de Políticas e Gestão em Educação.

4 Graduada em Pedagogia pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí. Graduada em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina. Mestre e Doutora pela Universidade Estadual de Maringá. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Professora do Mestrado Profissional em Educação Física associado entre Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Universidade Estadual de Maringá.

the theme; c) methodological procedures used in the research; and d) thematic approach addressed in the analyzed scientific productions. The results showed that research is associated with training actions in the initial teacher education in Physical Education, guidelines for initial teacher education, clashes between qualifications (Licenciatura and Bacharelado), curricula of Physical Education courses and the relationship between initial teacher education and the contemporary society. In addition, it is noted that the policies of initial teacher education in Physical Education, and the concepts that result from it, are linked to the principles of neoliberal society, the means of flexible production and the mutations arising from contemporary society.

**Keywords:** Physical Education; Teacher Training; Educational Policies.

## Introdução

Tratar das políticas de formação inicial docente em Educação Física no Brasil, atualmente, requer trazer à tona discussões essenciais para o campo científico/acadêmico da educação. Olhar para esse fenômeno enquanto temática de pesquisa pressupõe identificar as relações que se estabelecem no cenário da formação de professores com as políticas públicas, diretrizes curriculares, planos políticos pedagógicos dos cursos de formação inicial docente, bem como, com as perspectivas dos professores e pesquisadores que atuam diretamente nesse campo.

Sabe-se que as Instituições de Ensino Superior e, em especial, as universidades, encarregadas pela formação docente, são responsáveis por promover o entrelace entre as políticas públicas e as possibilidades de se tecer uma formação com qualidade e significado formativo, tanto para o ensino superior quanto para a educação básica. Para entendermos como ocorre essa relação, é necessário, anteriormente, compreendermos o que significam as políticas públicas. Segundo Souza (2006) diversas são as teorias que buscam definir o que são políticas públicas, porém nenhuma dessas deve ser considerada única. O que de fato deve ser considerado ao analisar tais teorias é que todas “[...] guiam o nosso olhar para o lócus onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos” (SOUZA, 2006, p. 25).

As políticas de formação inicial docente, objeto principal deste estudo, estão inseridas nas políticas educacionais, e são definidas como as ações e tomadas de decisões que o governo tem em relação à formação de professores para a educação básica (SAVIANI, 2012). As políticas educacionais, por sua vez, fazem parte das políticas públicas de cunho social, sendo responsáveis, pelo menos na teoria, por diminuir as desigualdades sociais ocasionadas pela expansão socioeconômica que afligem a sociedade capitalista. Segundo Hofling (2001), as políticas sociais e, conseqüentemente, a educação, situam-se no interior de um tipo particular de Estado, sendo que essas assumem diferentes feições conforme as diferentes concepções de sociedade e de Estado. Nesse sentido, as políticas sociais e a educação são formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social.

Para que ocorra uma formação inicial docente de qualidade, que possa atender aos objetivos a ela estabelecidos, são necessárias, primordialmente, políticas públicas que valorizem as instituições educacionais, bem como, os trabalhadores da educação. Deste modo, as políticas públicas educacionais para a formação de professores, e, especificamente, para os cursos de licenciatura em Educação Física, devem possibilitar reflexões que vão ao encontro do sentido e significado da formação docente para uma educação contemporânea, que, em linhas gerais, atenda de forma satisfatória uma formação para o trabalho no magistério, encarregando a tais profissionais a responsabilidade de educar as novas gerações (GARCIA, 2005).

Nesse sentido, como forma de contribuir para os debates acerca da evolução das políticas de formação inicial docente no Brasil, e na busca por um olhar para a qualidade dos cursos de licenciatura em Educação Física do país, surge a seguinte questão: como as políticas de formação inicial docente em Educação Física têm se configurado nas pesquisas científicas realizadas no campo da formação de professores no Brasil? Para responder a tais inquietudes, o presente trabalho tem como objetivo analisar a produção científica que retrata as políticas de formação inicial docente na Educação Física.

## Metodologia

Para responder ao objetivo proposto, a presente pesquisa de característica descritiva, adotou-se dos princípios básicos da revisão integrativa para selecionar a produção científica sobre políticas de formação inicial docente em Educação Física no Brasil. A revisão integrativa segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008, p.759) “[...] permite a síntese de múltiplos estudos publicados e possibilita conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo [...]”. Para as autoras, a revisão integrativa deve seguir os seguintes passos: 1) identificação do tema e seleção de questão problema; 2) a busca da literatura; 3) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; 4) identificação dos estudos selecionados; 5) categorização dos estudos selecionados; 6) análise e interpretação dos resultados, 7) apresentação da síntese do conhecimento.

Nesse sentido, seguindo os procedimentos desse tipo de revisão, as buscas da literatura sobre a temática ocorreram no período de 30 de junho de 2020 a 03 de julho de 2020 e foram conduzidas por dois pesquisadores de forma independente. Como forma de levantar a produção científica, os pesquisadores entraram diretamente nas bases de dados do SciELO e da CAPES periódico, utilizando a combinação dos descritores: “Formação” AND “Educação Física”.

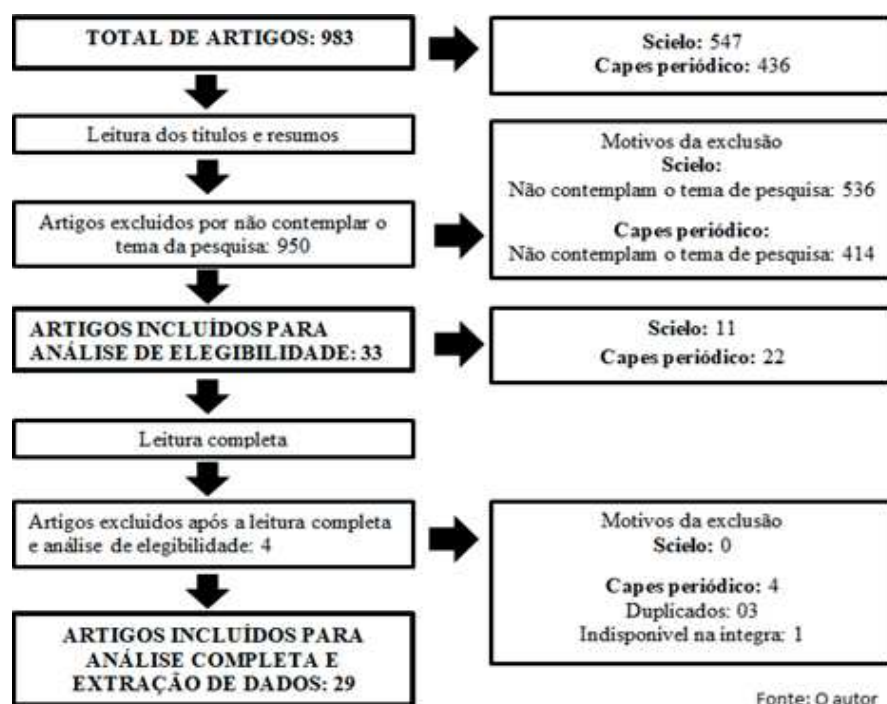
Para a inclusão dos estudos foram empregados os seguintes critérios: a) artigos que retratam as políticas de formação inicial docente em Educação Física no Brasil; b) artigos originais; e, c) artigos publicados entre 2002 e 2020<sup>5</sup>. Como critérios de exclusão dos artigos, adotaram-se os seguintes pontos: a) artigos que não contemplam o tema selecionado; b) artigos duplicados; c) artigos indisponíveis na íntegra ou com impossibilidade de acesso; d) artigos fora do período selecionado de análise; e) anais de eventos (cartas ao editor, números suplementares).

No primeiro momento, ocorreu a leitura dos títulos e resumos de todos os artigos identificados. No segundo momento, foi realizada a leitura na íntegra dos artigos selecionados e a análise de elegibilidade dos mesmos. Os dois pesquisadores realizaram, simultaneamente, a leitura completa dos estudos determinando a sua elegibilidade, as divergências foram resolvidas por consenso e, em caso de não acordo, foi utilizado um terceiro pesquisador. Destaca-se que na busca inicial foram encontrados 983 artigos, os quais foram submetidos aos critérios de inclusão e exclusão, seguindo o processo de seleção e elegibilidade dos estudos (Figura 1), o que resultou no final o levantamento de 29 artigos para análise completa e extração dos dados.

---

5 Utilizou-se desse período de busca, visto que a partir de 2002 são apresentadas as principais diretrizes para a formação inicial docente no Brasil. Assim, para esta revisão, foram utilizados os estudos publicados até o dia 03 de julho de 2020.

**Figura 1** - Fluxograma da seleção dos artigos.



Fonte: Os autores

A partir da utilização da combinação dos descritores nas bases de dados selecionadas, foram encontrados 983 estudos, destes 547 na base de dados do SciELO e 436 na CAPES periódico. Após a leitura, por pares, dos títulos e resumos dos estudos encontrados, foram excluídos 950 por não contemplar o tema da pesquisa, 536 do SciELO e 414 da CAPES Periódico, resultando assim em 33 artigos para a leitura na íntegra e análise de elegibilidade.

Conforme os critérios do processo de elegibilidade utilizados na pesquisa, foram excluídos 3 artigos por serem duplicados e 1 artigo por estar indisponível na íntegra, ambos encontrados na CAPES Periódico, resultando, assim, em 29 artigos para análise completa e extração de dados finais, os quais possuem como tema central correlação com as políticas de formação docente em Educação Física no Brasil.

Como forma de análise dos dados encontrados nos artigos selecionados, as informações aqui obtidas foram interpretadas com base na análise de conteúdo, seguindo os procedimentos metodológicos utilizados a partir da perspectiva qualitativa: categorização, inferência, descrição e interpretação (GOMES, 2007), além da estatística simples como frequência (f) e porcentagem (%). A partir desse processo, os artigos elegíveis foram submetidos a uma análise completa e extração dos dados por meio da análise por temáticas (RICHARDSON, 2017). Os resultados e as discussões dessa análise final foram divididos em quatro categorias: a) contextualização do cenário das publicações, classificando a frequência dos artigos por período de publicação e por revistas acadêmicas; b) mapeamento dos pesquisadores que produziram os artigos sobre políticas de formação inicial docente em Educação Física no Brasil; c) procedimentos metodológicos utilizados nas pesquisas; e d) definição e caracterização dos enfoques temáticos abordados nas produções científicas analisadas.

## Resultado e discussões

### Contextualização do cenário das publicações sobre as políticas de formação inicial docente em Educação Física no Brasil

Nessa primeira categoria, busca-se apresentar o cenário das publicações científicas sobre as políticas de formação inicial docente em Educação Física, contextualizando como a produção acadêmica sobre essa temática vem se estabelecendo com o passar dos anos no Brasil. Dessa forma, na Tabela 1 é exibida a frequência dos estudos por período de publicação, divididos e classificados em quatro períodos, levando em consideração o ano de sua divulgação.

**Tabela 1** - Distribuição dos artigos por período de publicação.

PERÍODO	f (%)
2002 a 2005	1 (3%)
2006 a 2010	3 (10%)
2011 a 2015	12 (42%)
2016 a 2020	13 (45%)

Fonte: Os autores

Observa-se que as pesquisas associadas às políticas de formação inicial docente em Educação Física no Brasil vêm crescendo nos últimos anos, principalmente, a partir da última década, na qual se encontram 25 estudos dos 29 encontrados nessa revisão, totalizando 87% dos artigos selecionados. Esse resultado demonstra que o interesse por parte dos pesquisadores em compreender e analisar essa temática tornou-se uma ação em ascensão. O aumento das pesquisas pode ser justificado pelo fato de que essas resultam, principalmente, das mudanças ocasionadas na organização dos cursos de Licenciatura em Educação Física, a partir dos novos currículos e de novas diretrizes de formação docente (MARQUES; FIGUEIREDO, 2014).

Seguindo na contextualização do cenário das publicações, outro dado importante a ser apresentado, é referente à frequência dos estudos por revistas acadêmicas. Nesse sentido, são expostos na Tabela 2 os periódicos acadêmicos que, no período de 2002 a 2020, publicaram artigos sobre as Políticas de formação inicial docente em Educação Física no Brasil.

**Tabela 2** – Frequência dos artigos por periódicos acadêmicos.

REVISTAS	f (%)
Motrivivência	7 (24%)
Revista Brasileira de Ciências do Esporte	3 (10%)
Educação e Pesquisa	2 (7%)
Práxis Educativa	1 (3,44%)
Revista Brasileira de Educação	1 (3,44%)
Revista Espaço Pedagógico	1 (3,44%)
Zero a seis	1 (3,44%)
ETD - Educação Temática Digital	1 (3,44%)
Acción Motriz	1 (3,44%)
Revista Historia de la Educación Latinoamericana	1 (3,44%)
Educación Física y Ciencia	1 (3,44%)
Revista brasileira de educação física e esporte	1 (3,44%)
REVÉS – Revista Relações Sociais	1 (3,44%)
Revista brasileira de pesquisa sobre formação de professores	1 (3,44%)
Revista observatório	1 (3,44%)
Revista Holos	1 (3,44%)
Revista. Educação Física/UEM	1 (3,44%)
Revista Interfaces da Educação	1 (3,44%)
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)	1 (3,44%)
Revista motriz	1 (3,44%)

Fonte: Os autores

A partir dessa análise, constata-se que apenas os periódicos *Motrivivência*, *Revista Brasileira de Ciências do Esporte e Educação e Pesquisa* apresentaram mais de um artigo sobre o tema investigado. As três revistas juntas somam 12 publicações, ou seja, 41% dos estudos encontrados, sendo que, dentre elas, destaca-se o predomínio da *Revista Motrivivência* com sete artigos, totalizando 24% da produção selecionada. Ainda foram encontradas outras 17 revistas, com uma publicação cada, e que juntas somam 59% dos artigos identificados.

Verifica-se que, no geral, há uma grande quantidade de revistas acadêmicas com publicações sobre as políticas de formação inicial docente em Educação Física no Brasil. Porém, também é observado que apenas três, isto é, 15% das revistas encontradas apresentaram mais de uma publicação sobre essa temática. Essa realidade pode ser explicada por conta dos periódicos em questão publicarem artigos sobre diferentes temáticas de diversas áreas de estudos.

Para um melhor entendimento do cenário das produções científicas sobre as políticas de formação inicial docente em Educação Física no Brasil, é de suma importância compreender também a realidade dos pesquisadores que tiveram como objetivo a realização desses estudos. Nessa direção, a próxima categoria dessa revisão traz como objetivo levantar tal ação.

### **Mapeamento dos pesquisadores sobre as políticas de formação docente em Educação Física no Brasil**

Os pesquisadores foram classificados, inicialmente, com base na frequência por regiões do Brasil (Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte), e, como foram encontrados autores de outros países, estes foram classificados por sua nação. Já num segundo momento, foram distribuídos a partir das Instituições de Ensino, que se encontram atualmente. Os dados da pesquisa (Regiões e Instituições de Ensino) foram retirados diretamente do Currículo Lattes de cada pesquisador, a busca ocorreu no dia 21/07/2020.

Dos 82 pesquisadores identificados nesta revisão, 49% estão vinculados às Instituições da região Sul do país, e outros 28% estão localizados nas Instituições da região Sudeste. Sendo assim, considera-se que há uma predominância dessas duas regiões nas produções sobre as políticas de formação inicial docente em Educação Física no Brasil. Este resultado pode ser justificado, pelo fato dos programas de Pós-Graduação do Brasil se situarem, em sua maioria, nas regiões Sul e Sudeste do país. Além disso, é nessas duas regiões que estão distribuídos o maior número de docentes e discentes de cursos de graduação em Educação Física, o que pode também gerar uma maior quantidade de investimento e fomento à pesquisa científica (GEOCAPES, 2019).

Do mesmo modo, foram identificados, minoritariamente, pesquisadores associados a instituições das regiões Nordeste (8%), Centro-Oeste (6%) e Norte (1%). Destacando que a região Norte apresenta a menor quantidade de cursos de Pós-Graduação do país, e não possui nenhum curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação Física (GEOCAPES, 2019). Ressalta-se ainda que 6% dos pesquisadores identificados nesse mapeamento são vinculados a instituições Internacionais.

Quanto ao mapeamento dos pesquisadores por Instituições, evidencia-se que esses estão localizados, com maior frequência, na Universidade Federal de Pelotas (13%), Universidade Federal de Santa Maria (10%), Universidade Estadual de Maringá (6%), Universidade Federal do Espírito Santo (6%) e Universidade Federal de Santa Catarina (5%), salientando que essas cinco Universidades juntas possuem 40% dos pesquisadores identificados.

Além dessas, foram encontradas outras 31 Instituições Brasileiras, e que se somadas, possuem 54% dos pesquisadores com publicações sobre as políticas de formação inicial docente em Educação Física no Brasil. Destaca-se, ainda, a presença de autores vinculados à “Universidade de Lleida” e de “Las Palmas” na Espanha, à “Universidad de Caldas” na Colômbia e à “Universidade de Coimbra” em Portugal, Instituições Internacionais que apresentaram 6% dos pesquisadores encontrados.

No geral, considera-se que há uma quantidade ampla de pesquisadores com publicações científicas sobre a temática. Porém, essa quantidade se dilui quase que completamente quando são expostos os autores com mais de um estudo publicado sobre a temática. Isto é, de todos os pesquisadores identificados somente Ieda Parra Barbosa Rinaldi (Universidade Estadual de Maringá), Juliana Pizani (Universidade Federal de Santa Catarina), Rosalvo Luis Sawitzki (Universidade Federal de Santa Maria), Samuel de Souza Neto (Universidade Estadual Paulista), e Zenólia Christina Campos Figueiredo (Universidade Federal do Espírito Santo), apresentaram mais de um artigo publicado sobre as Políticas de formação Inicial Docente em Educação Física no Brasil.

Ao investigar esses pesquisadores, foram identificadas algumas particularidades em seus perfis, todos são doutores, graduados em Educação Física, docentes em universidades públicas brasileiras, fazem parte de grupos de pesquisas associados ao CNPQ, e estão vinculados às áreas da Educação ou da Educação Física. Constata-se também que, por mais que todos esses pesquisadores sejam vinculados à área da Educação ou da Educação Física, todos transitam por diversas subáreas de estudos e de trabalho. A transição por diversas subáreas de pesquisa é caracterizada como um dos fatores para a pouca frequência de pesquisadores com mais de um artigo publicado sobre as políticas de formação inicial docente em Educação Física no Brasil. Consaltér (2019) destaca que, para analisar as pesquisas do campo da Educação, deve ser considerado que essa área abrange diversas subáreas com características e objetos de estudos distintos.

Outra condição a ser considerada, são os procedimentos metodológicos adotados nas pesquisas sobre a temática aqui estudada. Ao averiguar os autores com mais de uma publicação sobre o tema, percebe-se que todos são doutores e vinculados a grupos de pesquisas científicas da área. Ou seja, essa qualificação pode ter auxiliado para que suas pesquisas apresentassem um rigor metodológico mais aguçado, o que determina uma boa avaliação e, conseqüentemente, aprovação nos periódicos acadêmicos.

### **Procedimentos metodológicos adotados nas pesquisas de políticas de formação inicial docente em Educação Física.**

Em muitas ocasiões, os artigos científicos são avaliados negativamente pelos periódicos acadêmicos, por não apresentarem um rigor metodológico adequado e esperado. Dessa forma, compreender quais os procedimentos metodológicos adotados nos estudos sobre as políticas de formação inicial docente em Educação Física no Brasil, torna-se fundamental para a melhoria de futuras publicações sobre essa temática. Sendo assim, na Tabela 3, são exibidos os resultados referentes à caracterização e análise metodológica dos artigos selecionados nesta revisão.

**Tabela 3** - Distribuição dos artigos por procedimentos metodológicos

<b>Caráter da Pesquisa</b>	<b>f (%)</b>	<b>Tipo de Pesquisa</b>	<b>f (%)</b>
Qualitativa	29 (100%)	Pesquisa Documental	16 (55%)
		Pesquisa Documental + Bibliográfica	6 (21%)
		Pesquisa de Campo	3 (10%)
		Pesquisa de Campo + Documental	2 (7%)
		Pesquisa de Campo + Bibliográfica	1 (3%)
		Pesquisa Bibliográfica	1 (3%)

Fonte: Os autores

A partir desses dados, constata-se que todos os artigos encontrados nessa revisão se caracterizam como pesquisas de caráter qualitativo. Esse predomínio de pesquisas qualitativas no campo da Educação e da área pedagógica de Educação Física, pode ser explicado, uma vez que esse tipo de investigação demonstra uma maior pertinência e eficácia no trato dos problemas de pesquisa no campo das ciências humanas e sociais, em particular no campo da Educação e da Educação Física (GOELLNER et al., 2010).

Quanto à frequência por tipo de pesquisa, destaca-se a supremacia da análise documental, tendo em vista que 83% dos artigos identificados utilizaram a investigação de documentos como procedimento de coleta de informações, seja como a única fonte de dados ou acompanhada de outros métodos. A pesquisa documental é utilizada e valorizada nas diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais, pois dela se pode extrair e resgatar uma riqueza de informações (SÁ-SILVA, 2009).

Deste modo, observa-se que a grande maioria, aproximadamente 80% dos artigos identificados sobre as políticas de formação inicial docente em Educação Física no Brasil, são pesquisas teóricas de cunho documental e/ou bibliográfica. Esse fato pode ser explicado porque ambos os métodos utilizam procedimentos de análise muito semelhantes, o que difere os dois é a natureza das fontes, enquanto um analisa materiais que não receberam nenhum tratamento analítico, o outro analisa materiais já elaborados como livros, teses e artigos científicos (GIL, 2002). Por outro lado, percebe-se a pouca quantidade de estudos publicados utilizando como metodologia a pesquisa de campo, já que apenas 20% dos artigos detectados utilizaram procedimentos metodológicos relacionados a esse tipo de pesquisa.

### **Enfoque temático abordado na produção científica sobre as políticas de formação inicial docente em Educação Física**

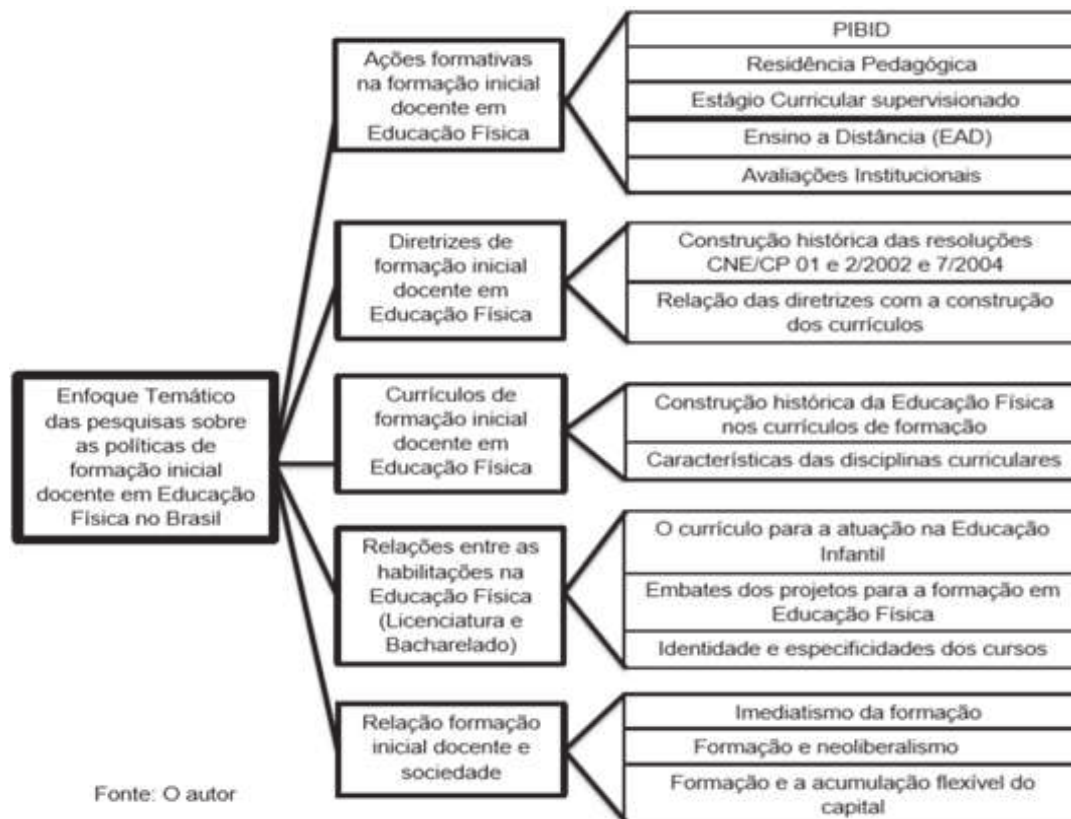
Após exibir a contextualização do cenário das publicações, os principais pesquisadores, e os procedimentos metodológicos utilizados nas pesquisas, a quarta e última categoria visa apresentar quais foram os enfoques temáticos dos artigos publicados sobre as políticas de formação inicial docente em Educação Física no Brasil, no período de 2002 a 2020. Sendo assim, são identificadas as seguintes temáticas principais: Ações formativas na formação inicial docente em Educação Física (38%); Diretrizes de formação inicial docente em Educação Física (21%); Relações entre as habilitações na Educação Física (17%); Currículos de formação docente em Educação Física (14%); e, Relação formação inicial docente e Sociedade (10%).

Para a apreciação do conteúdo desses estudos foi utilizada a análise por temática de Richardson (2017), na qual os artigos foram classificados em temáticas principais, já mencionadas, e secundárias (Figura



2). Nessa direção, destaca-se que a primeira é responsável por definir o conteúdo da parte investigada, e a segunda determina as questões decorrentes do tema principal.

Figura 2 - Temáticas abordadas nas pesquisas selecionadas.



Fonte: Os autores

O primeiro enfoque temático tem por característica apresentar as ações formativas na formação inicial docente em Educação Física. Ações essas que, na maioria das vezes, são elaboradas ou influenciadas pelos governos e pelas políticas educacionais. Os artigos condicionados a essa temática tiveram como objetivo analisar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), o Programa Residência Pedagógica (RP), o Estágio Curricular Supervisionado, quando relacionado com a legislação, e as ações de formação associadas às avaliações institucionais e aos cursos de Educação Física na modalidade da Educação a Distância (EAD).

As pesquisas de Welter e Sawitzki (2014), Lima Doarth, Lima e Souza (2015), Oliveira et al. (2017) e Callai, Jesus e Sawitzki (2017) tiveram como objetivo investigar a importância do PIBID para a formação inicial docente em Educação Física no Brasil. Em linhas gerais, esses estudos consideram que o PIBID é um programa muito importante para os discentes de Educação Física ingressarem na carreira como professores da educação básica, pois oportunizam experiências da realidade e do cenário que esses irão enfrentar como docentes. Além disso, proporcionam momentos de reflexão desses participantes quanto à sua práxis pedagógica, e colaboram para a superação da dicotomia teoria e prática, apresentadas comumente nos cursos de Licenciatura em Educação Física.

Corroborando com essa análise, o estudo de Lima Monteiro et al. (2020) investigou a organização da Residência Pedagógica no curso de Educação Física de uma Instituição de Ensino Superior Público do Estado do Paraná, os autores consideraram que esse programa, por mais que apresentasse algumas fragilidades durante o seu processo, foi satisfatório para os discentes daquela universidade. O projeto

proporcionou que os discentes conhecessem o cenário prático da escola, participando de boa parte da rotina das aulas de Educação Física, e tiveram a oportunidade de realizar pesquisas científicas na área da formação inicial docente.

Foram identificados, também, artigos com ênfase nas ações formativas do Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física e sua relação com as políticas públicas. Nesse sentido, encontram-se os estudos de Silva, Souza e Checa (2010) e Zuluaga, Iaochite e Souza Neto (2017). O primeiro artigo procurou investigar como as atuais resoluções de formação inicial docente influenciam sobre o estágio curricular supervisionado, já o segundo objetivou discutir aspectos intrínsecos das políticas nas práticas pedagógicas do estágio curricular supervisionado.

O estudo de Silva, Souza, Checa (2010) ao pesquisar sobre a situação do Estágio Curricular Supervisionado nos cursos de licenciatura em Educação Física de instituições privadas de São Paulo, afirma que essas atendem as exigências mínimas contidas nas legislações, quanto à carga horária, período e conclusão do estágio. Por outro lado, tais instituições apresentam, em seus estágios, problemas associados à quantidade excessiva de estudantes estagiários em relação aos orientadores, a falta de debates e reflexões decorrentes das ações práticas, e a transformação do professor supervisor ao mero papel de checar os documentos dos relatórios de estágio, quando seu papel, primordialmente, deveria ser o de auxiliar os estudantes pedagogicamente. Fatores esses de extrema importância para a formação, mas que não são enfatizados pelas legislações atuais.

Na pesquisa de Zuluaga, Iaochite e Souza Neto (2017), ao discutir os aspectos inerentes ao Estágio Curricular Supervisionado de universidades de quatro países distintos (Brasil, Colômbia, Chile e Argentina), concluíram que essas ações formativas vão ao encontro das construções teóricas identificadas nas leis, legislações, regulamentos e diretrizes governamentais. Além disso, observam que a nível de governo, as orientações pedagógicas para a formação inicial docente, e, conseqüentemente, para o estágio, buscam responder, primordialmente, às demandas da economia, do trabalho e da sociedade capitalista, frente às necessidades de uma formação pedagógica e humana.

Ainda sobre a temática das ações formativas, foram encontrados os estudos de Silva e Gawryszewski (2019) e Purificação et al. (2018), que buscaram apresentar as especificidades e características de formação presentes nos cursos de Educação Física a distância (EAD), e a relação desta com as Políticas Públicas. O artigo de Silva e Gawryszewski (2019) realizou um panorama dos cursos de Educação Física EAD por todo o país no período de 2006 a 2017, diferente do estudo de Purificação et al. (2018), no qual os autores procuraram compreender como são construídas as ações formativas de um curso de Educação Física EAD em uma universidade pública brasileira.

Em síntese, os artigos observaram que por um lado houve um aumento significativo dos cursos de Educação Física Licenciatura a distância no decorrer dos últimos anos, principalmente pelo fomento das Instituições privadas e das atuais políticas públicas. Porém, por outro, notou-se que a falta de um bom preparo dos cursos e a não capacitação dos professores para trabalhar com o EAD, acaba por prejudicar e deteriorar a modalidade, bem como a formação inicial docente em Educação Física.

A última temática secundária decorrente das ações formativas em Educação Física, agrupam os estudos de Santos, De Paula e Stieg (2019) e Barros et al. (2020) que tiveram por objetivo apresentar os conceitos relacionados à temática da avaliação. Santos, De Paula e Stieg (2019) buscaram investigar como a avaliação institucional e de sistemas são prescritas nos currículos de formação em Educação Física no

Brasil. Por sua vez, o estudo de Barros et al. (2020) realizou uma análise sobre o desempenho dos estudantes de Educação Física Licenciatura na avaliação dos estudantes e Instituições de Ensino Superior do Brasil – ENADE, realizada em 2014.

O trabalho de Santos, De Paula e Stieg (2019) constatou que nos currículos com disciplinas sobre a avaliação institucional, os conteúdos se dividiam entre a definição, os critérios, instrumentos e os procedimentos característicos desse tipo de avaliação. Acerca da avaliação de sistemas, foram encontradas disciplinas que buscavam discutir as diversas provas de larga escala nacionais e internacionais, entre elas, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Especificamente quanto ao ENADE, o estudo de Barros et al. (2020) apresentou resultados que apontam para a importância de uma maior atenção e melhores investimentos para os cursos de licenciatura em Educação Física no Brasil. Isso porque as falhas apresentadas pelos estudantes na avaliação do ENADE podem estar relacionadas aos desafios enfrentados por eles nos cursos, entre os quais, a falta de valorização da formação docente. O estudo indica ainda que as lacunas exibidas na avaliação vão além do cenário da Formação Inicial, ou seja, perpassam por falhas em todas as etapas do ensino básico ao superior.

A segunda temática principal identificada nessa revisão é responsável pelos estudos com foco nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Educação Física. Dela resultam duas temáticas secundárias, a primeira agrupa os artigos que investigaram a construção histórica das Diretrizes, e a segunda nos trabalhos que analisaram a relação dessas com a construção dos currículos de formação inicial em educação física.

Em relação à construção histórica das diretrizes, identificamos os estudos de Benites, Souza Neto e Hunger (2008), Veronez et al. (2013) e Silva Souza, Fuchs e Ramos (2014). Todas as pesquisas analisaram os debates e proposições pertinentes à criação das Diretrizes Curriculares Nacionais CNE/CP 01/2002 e 02/2002 destinadas à formação inicial docente para a educação básica, e a CNE/CP 7/2004 destinada exclusivamente aos cursos de formação em Educação Física.

O trabalho de Benites, Souza Neto e Hunger (2008) buscou analisar a construção histórica das DCNs para a Educação Física no período de 1939 a 2004. Essa investigação apontou para dois ciclos das Diretrizes, o primeiro correspondente ao período de 1939 a 2001 e o segundo a partir de 2002, com a promulgação das resoluções CNE/CP 01 e 02/2002 e da CNE/CP 7/2004.

Os artigos de Veronez et al. (2013) e Silva Souza, Fuchs e Ramos (2014), consideram que as diretrizes CNE/CP 01/2002 e 02/2002 e a CNE/CP 7/2004 foram um retrato das mudanças neoliberais que ocorreram no Brasil a partir do início da década de 1990. Influenciadas diretamente pelos Organismos Internacionais, a criação dessas resoluções teve como objetivo primordial responder às demandas do mercado de trabalho, e das transformações dos meios de produção capitalista. Além disso, foram determinantes para as ações de fragmentação e divisão dos conteúdos e do curso de Educação Física, separando-a em duas habilitações (Bacharelado e Licenciatura).

Sobre a associação das diretrizes e a construção dos currículos de formação, foram incluídos os estudos de Mendes e Prudente (2011); Alves e Figueiredo (2014); e Marques e Figueiredo (2014). Os três artigos buscaram analisar como os currículos de cursos de licenciatura em Educação Física interpretam e retratam a normativas contidas nas diretrizes de formação inicial docente.

Os estudos de Mendes e Prudente (2011) e Alves e Figueiredo (2014) ao analisar os cursos de Licenciatura em Educação Física de Instituições Superiores, o primeiro no estado de Minas Gerais e o segundo no Espírito Santo, perceberam que as instituições, tanto nos seus currículos, como nas falas de seus coordenadores, apresentam visões e interpretações distintas sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais. Essas múltiplas interpretações refletiram na organização das ações formativas dos cursos, tendo em vista que foram encontradas divergências quanto à duração e carga horária das disciplinas, nas concepções sobre a prática como componente curricular, nas ações do Estágio Curricular Supervisionado e nas atividades científicas culturais.

Resultados equivalentes foram encontrados no trabalho de Marques e Figueiredo (2014) cujo objetivo foi verificar o processo de reestruturação da matriz curricular do curso de Educação Física de uma Universidade Pública de Minas Gerais, reformulação essa, atrelada às DCNs CNP/CP nº1 e nº2 2002 e CNE/CP nº7/2004. Os autores constataram que as alterações contidas no currículo dessa instituição, por mais que tenham levado em consideração as normativas presentes nas diretrizes, foram construídas em conexão com as concepções de Educação Física defendida pelo curso, sua tradição e identidade, bem como, das normas da universidade e a produção científica da área.

A terceira temática principal é destinada aos artigos que propuseram investigar os currículos de formação inicial docente em Educação Física no Brasil. Nela são apresentadas três temáticas secundárias, a primeira enfatizando a construção histórica da Educação Física nos currículos de formação inicial, a segunda em caracterizar as disciplinas e os conteúdos curriculares vigentes, e a terceira em analisar os currículos com um olhar voltado para a atuação na educação infantil.

Referente à construção histórica da Educação Física nos currículos, o trabalho de Lyra, Mazo e Begossi (2018) ao averiguar como a disciplina instituiu-se historicamente nos cursos de formação inicial do Estado do Rio Grande do Sul, no período de 1877 a 1977, constatou que essa foi se estabelecendo de forma sutil, lenta e não linear. Inicialmente foi inserida por meio da disciplina de ginástica que na sequência tornou-se parte da disciplina de pedagogia. Além disso, apresentam que Educação Física, por meio da disciplina de ginástica, de fato se consolidou nos currículos, após o decreto lei n. 2.224 de 1916, na qual teve seu espaço e tempo delimitado, acarretando numa valorização de suas funções.

Sobre caracterização das disciplinas curriculares, o estudo de Moreno et al. (2018) analisou as grades curriculares vigentes nos cursos de formação inicial docente em Educação Física no Brasil. Ao investigar qual a frequência, nesses currículos, dos conteúdos considerados de formação geral, especializada e de exclusividade da Educação Física, constatou que há uma grande variação nos conteúdos das disciplinas que compõem as grades curriculares dos cursos, principalmente quanto aos conteúdos próprios da área.

Os resultados apontaram também para uma disparidade na organização das disciplinas ofertadas por essas instituições, diferenças essas relacionadas à quantidade de créditos, horas e frequência de cada disciplina. Sendo assim, os pesquisadores concluíram que por mais que existam parâmetros curriculares que regulem a formação inicial docente em Educação Física no Brasil, as tomadas de decisões, principalmente quanto à construção dos currículos dos cursos, são estruturadas pelas próprias instituições, a partir de suas concepções e princípios institucionais, levando em consideração a conjuntura local e de mercado na qual ela está inserida (MORENO et al. 2018).

Na temática secundária acerca dos currículos de formação inicial docente em Educação Física para a atuação na educação infantil, foram identificados os estudos de Lacerda, Costa (2012) e Ornel Nunes,

Poulsen e Duek (2020), cujos objetivos foram investigar as matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em Educação Física, e como essas propiciam uma formação adequada para atuação na educação infantil.

O artigo de Lacerda, Costa (2012) ao investigar a matriz curricular do Curso de Educação Física de uma Universidade do Estado da Bahia, e o trabalho de Ornel Nunes, Poulsen e Duek (2020) ao analisar as matrizes curriculares de Educação Física de três universidades da região Sul do Brasil, observaram que, no geral, os currículos dessas instituições atendem as demandas da formação nos seus aspectos históricos, pedagógicos e de políticas educacionais. Porém, com relação à educação infantil, os currículos apresentam limitações disciplinares e os conteúdos são rasos e insuficientes. Sendo assim, os autores defendem a organização de novos currículos que objetivem responder às demandas específicas dessa etapa de ensino, alinhando os conteúdos disciplinares à produção científica da área, e que promovam disciplinas teóricas e práticas que atendam às necessidades da educação infantil.

A quarta temática principal é direcionada às habilitações dos cursos de formação em Educação Física (Licenciatura e Bacharelado). Dela resultam duas temáticas secundárias, a primeira, é destinada a compreender os embates dos projetos de formação em Educação Física, e a segunda visa investigar a identidade e as características dessas duas habilitações. No que se refere aos embates dos projetos de formação em Educação Física, são identificados os estudos de Tilton, Tranzilo e Alves (2005), e Dias e Teixeira (2010). Esses artigos possuem como objetivo analisar as proposições acerca da homologação da Resolução CNE/CP 07/2004 (BRASIL, 2004), diretriz essa que criou normas exclusivas para formação em Educação Física, e foi utilizada como alicerce para a obrigatoriedade da divisão do curso em Licenciatura e Bacharelado.

O trabalho de Tilton, Tranzilo e Alves (2005) apresenta um comparativo entre as propostas apresentadas pelo Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), frente à posição defendida pelo Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) na homologação da Resolução CNE/CP 07/2004 (BRASIL, 2004). O estudo aponta que o CONFEF e o CBCE, ao concordarem com a proposta da Comissão de Especialistas do Conselho Nacional de Educação, órgão responsável pela criação das diretrizes, defenderam a fragmentação dos currículos de Educação Física, apoiando a divisão dos conteúdos e do curso em Licenciatura e Bacharelado. O MEEF por sua vez foi de encontro a essa posição, o grupo era contra a homologação da resolução, pois consideravam que essa não havia contado com as contribuições de estudantes, professores e pesquisadores da área. Além do mais, defendiam a Licenciatura Ampliada, e a cultura corporal do movimento, como conteúdo único da Educação Física, diferentemente do que foi aprovado por essa resolução.

Contribuindo para a discussão, o estudo de Dias e Teixeira (2010) exhibe os comportamentos apresentados pelo CONFEF e pelo MEEF, após a promulgação da Resolução CNE/CP 07/2004 (BRASIL, 2004) e conseqüente divisão das habilitações. Os autores consideram que o CONFEF passou a movimentar-se cada vez mais para consolidar a fragmentação das habilitações, principalmente na divisão dos campos de conhecimento e de atuação profissional. O MEEF, por sua vez, continuou realizando ações no sentido de fomentar o debate, a fim de acabar com a divisão da Educação Física, tornando-a uma só.

Na temática secundária, sobre a identidade e especificidades dos cursos de Educação Física Licenciatura e Bacharelado, foram agrupados os estudos de Pizani e Barbosa Rinaldi (2014a) e Pizani e Barbosa Rinaldi (2014b) na qual o objetivo foi compreender como são estabelecidas as normativas e a organização dos cursos de Educação Física Licenciatura e Bacharelado de Instituições de Ensino Superior localizadas no estado do Paraná. Foi selecionado também o trabalho de Rocha, Santos Coelho e Toledo

(2019) que buscou correlacionar às características dessas duas habilitações (licenciatura e bacharelado) em doze Instituições de Ensino Superior da região sudeste de Minas Gerais.

A pesquisa de Pizani e Barbosa Rinaldi (2014a) constatou que as duas habilitações apresentaram uma falta de identidade própria, principalmente no plano político pedagógico dos cursos, tendo em vista que, nesses documentos, não foram encontradas características suficientes que pudessem diferenciar tais habilitações, além de não apresentarem os eixos norteadores da formação. No entanto, a identidade dos cursos e os eixos norteadores foram apontados pelos coordenadores entrevistados, denotando que há uma discrepância entre a construção dos planos políticos pedagógicos, com a fala de seus coordenadores.

Os resultados advindos do estudo de Pizani e Barbosa-Rinaldi (2014b) indicaram que, nessas instituições, as disciplinas de formação específica que utilizaram os conteúdos da cultura do movimento humano, foram as que apresentaram a maior carga horária nos currículos, tanto da Licenciatura como do Bacharelado. Nota-se, também, que as disciplinas relacionadas aos aspectos técnico-instrumentais, apresentaram uma maior carga horária no Bacharelado, enquanto as disciplinas didático-pedagógicas apareceram em maior quantidade na Licenciatura, indicando perspectivas diferentes na organização das duas habilitações. Ainda vale dizer, que não foram encontradas diferenças na carga horária dos cursos quanto às disciplinas de formação ampliada.

Ainda sobre a Licenciatura e o Bacharelado, Rocha, Santos Coelho e Toledo (2019) constataram que são mínimas as diferenças quanto à carga horária e os conteúdos presentes nos currículos dessas habilitações. Tendo em vista que as diferenças encontradas ficaram por conta, apenas, da presença de disciplinas pedagógicas no currículo da Licenciatura, e disciplinas de aperfeiçoamento, no Bacharelado. Nessa direção, ao averiguar a grande semelhança entre os currículos de formação inicial, os pesquisadores consideram ser infundada a divisão da formação e dos campos de atuação do professor de Educação Física.

A quinta e última temática principal apresenta os artigos com foco na relação da formação inicial docente em Educação Física e as mudanças ocasionadas na sociedade. A partir dela surgem as temáticas secundárias, associadas ao imediatismo da formação em Educação Física no Brasil, a relação da formação com o neoliberalismo, e a influência da acumulação flexível do capital na formação inicial docente em Educação Física.

Nesse sentido o estudo de Rocha e Nascimento (2017) buscou apresentar posições acerca do imediatismo da formação em Educação Física no Brasil, apontando soluções que assegurem uma educação integral, na qual os cursos precisam formar o professor em sua totalidade, e não se limitando unicamente a uma formação qualificadora de habilitação. As soluções, segundo a pesquisa, passam pela associação entre a formação inicial docente e as mais altas demandas da formação humana, na necessidade de que os docentes participem e tomem a frente da organização das matrizes curriculares dos cursos, e que esses defendam uma formação que proponha o equilíbrio entre os diversos conteúdos que envolvam os saberes, as habilidades, e atitudes docentes.

Sobre a formação e a sociedade neoliberal, o estudo de Nunes e Neira (2018) investigou a ligação entre os programas e ações existentes em um curso de Educação Física de uma instituição privada de São Paulo, com os princípios advindos do neoliberalismo. Conforme os resultados, o conjunto de atividades presentes nessa Instituição, aponta para uma formação docente atrelada aos pressupostos empresariais e mercadológicos. Isso porque tais ações e programas tendem a formar a subjetividade do sujeito a partir

dos conceitos de meritocracia, performance, eficiência e eficácia. Princípios que favorecem a racionalidade neoliberal, bem como a consolidação da sociedade capitalista.

Por fim, com relação à formação e a acumulação flexível do capital, foi identificado o estudo de Silva, Klein e Cavazotti (2015) que, ao analisar os documentos norteadores e as políticas da formação inicial docente em Educação Física, aponta que essas estão atreladas aos princípios da acumulação flexível do capital. Segundo o estudo, esse movimento reflete na formação inicial docente em Educação Física os conceitos exigidos pela sociedade capitalista. Ou seja, é atribuída ao indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso escolar e a defesa por uma formação onde alunos precisam estar preparados para se adequarem às mudanças sociais, isto é, serem flexíveis e adaptáveis à sociedade capitalista. Essas características podem ser vistas, na realidade, por meio do aligeiramento, fragmentação e flexibilização dos cursos, bem como pela formação da prática em detrimento a formação do conteúdo.

### **Considerações finais**

A partir dos resultados apresentados nesse estudo, considera-se que as publicações sobre as políticas de formação inicial docente em Educação Física no Brasil são resultados de pesquisas que retratam a realidade das regiões Sul e Sudeste do país. Observa-se, também, uma grande quantidade de pesquisadores com artigos sobre o assunto, porém são poucos aqueles que apresentam mais de uma publicação sobre o tema. Isso ocorre devido aos diferentes conteúdos e áreas de pesquisas que contemplam a formação inicial docente em Educação Física, nas quais os pesquisadores, para realizar suas pesquisas, acabam por transitar nessas diferentes áreas.

Quanto aos procedimentos metodológicos, vimos que, em sua totalidade, são pesquisas do tipo qualitativa, sendo que essas, em sua maioria são trabalhos de análise documental e/ou bibliográfica. Nesse sentido, enfatiza-se a importância de novos estudos que busquem trazer a relação teórica das políticas com a realidade e o cenário prático dos cursos de formação inicial docente em Educação Física, alinhando as pesquisas documentais e bibliográficas com as de campo.

Percebe-se ainda, que as temáticas das pesquisas identificadas na revisão englobam vários assuntos. Começando pelas ações formativas nos cursos de Educação Física (PIBID, Residência Pedagógica, Estágio Curricular Supervisionado, avaliações institucionais e cursos de educação a distância), passando pela análise dos currículos e diretrizes dos cursos e na relação das políticas com as distintas habilitações (Licenciatura e Bacharelado), até chegar à relação dos cursos de formação inicial docente com as mudanças ocorridas na sociedade.

A partir da análise dos estudos, compreende-se que as políticas de formação inicial docente em Educação Física, bem como, as pesquisas nessa área, ainda possuem um longo caminho a percorrer. Sendo que a melhoria na qualidade dos cursos de Licenciatura em Educação Física passa pela valorização das ações e programas de formação ligados às políticas educacionais, entre eles o Residência pedagógica e o PIBID. Nota-se também, que o Estágio Curricular Supervisionado e os cursos da modalidade EAD, podem contribuir para a formação em Educação Física, porém esses devem ser bem-organizados, estruturados, e devem desenvolver, nos professores, a capacidade de aliar os conhecimentos teóricos da educação à didática, a fim de que esses futuros professores possam ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados.

Já com relação às diretrizes curriculares de formação em Educação Física, constata-se que sua estruturação é tida como uma construção social, que é organizada a partir de disputas de interesses no âmbito científico e político. E que analisar esse cenário torna-se uma tarefa demasiadamente complicada, sendo fundamentais novas produções científicas sobre a temática. Ainda, considera-se que as diretrizes podem interferir e ser interpretadas de diferentes formas pelos currículos dos cursos de Educação Física, sendo que tais interpretações vão ao encontro das distintas convicções, princípios e interesses das instituições de ensino e dos atores do processo. Influenciado pelas diretrizes, outra discussão que está longe de se encerrar, é relacionada aos embates em torno das diferentes habilitações em Educação Física (Licenciatura e Bacharelado) e da divergência dos órgãos reguladores dessas modalidades. Sendo assim, cabe aos pesquisadores da área a atenção para as mudanças que ocorrerão na formação em Educação Física, advindas desses acontecimentos.

Por fim, observa-se que as políticas de formação inicial docente em Educação Física estão atreladas aos princípios da economia, da sociedade neoliberal e dos meios de produção flexível, principalmente, a partir das discussões em torno dos conceitos de meritocracia e eficiência/eficácia docente. Essa teoria pode ser vista, primeiramente, a partir dos incentivos a política de *accountability*, que apoiado nos conceitos de eficiência, competitividade e produtividade neoliberal, buscam fiscalizar, controlar e regular o cenário educacional, influenciando a atuação dos professores coordenadores e diretores, que perdem a autonomia e precisam direcionar suas disciplinas a essas avaliações.

Concomitantemente, buscam a privatização das Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil, por meio do incentivo a parcerias público privado, cobrança de taxas por parte dos alunos e investimentos advindos de outras áreas da sociedade que não sejam aquelas de ordem pública. Não obstante, incentivam uma formação docente flexível, com enfoque demasiadamente prático e com conteúdos rasos, atribuindo ao indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso escolar, sendo que esse precisa estar preparado para sempre se adaptar a uma sociedade em constante mutação.

## Referências

- ALVES, C. A.; FIGUEIREDO, Z. C. C. Diretrizes curriculares para a formação em Educação Física: camisa de força para os currículos de formação? **Motrivivência**, v. 26, n. 43, p. 44-54, 2014.
- BARROS, J. L. C.; Et al. Reflexões sobre o nível de conhecimentos específicos dos estudantes de licenciatura em Educação Física no Enade 2014. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 101, n. 257, p. 99-119, 2020.
- BENITES, L. C.; SOUZA NETO, S.; HUNGER, D. O processo de constituição histórica das diretrizes curriculares na formação de professores de Educação Física. **Educação e Pesquisa**, v. 34, n. 2, p. 343-360, 2008.
- BRASIL. **Resolução nº 7**, de 31 de março de 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0704edfísica.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2020.
- CALLAI, A. N. A.; DE JESUS, R. F.; SAWITZKI, R. L. Formação inicial e iniciação a docência: uma análise a partir do subprojeto PIBID Educação Física. **Educación Física y Ciencia**, v. 19, n. 2, p. 1-10, 2017.
- CONSALTÉR, E.; FÁVERO, A. A. Elementos qualificadores da investigação científica no campo das políticas educacionais. **Educação & Formação**, v. 4, n. 10, jan./abr., p. 148-163, 2019.



- DIAS, F. B. M.; TEIXEIRA, D. R. Formação de professores de educação física: a atualidade do embate político. **Motrivivência**, n. 35, p. 184-201, 2010.
- GARCIA, C. M. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora, 2005.
- GEOCAPES. Brasília, DF: Capes, 2019. Disponível em: <<http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>>. Acesso em: 05 ago. 2020.
- GOELLNER, S. V. et al. Pesquisa qualitativa na educação física brasileira: marco teórico e modos de usar. **Journal of Physical Education**, v. 21, n. 3, p. 381-410, 2010.
- GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, v. 26, p. 79-108, 2007.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- HÖFLING, E. de et al. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedex**, 2001.
- LACERDA, C. G.; DA COSTA, M. B. Educação física na educação infantil e o currículo da formação inicial. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 34, n. 2, p. 327-341, 2012.
- LIMA DOARTH, J. P.; DE LIMA, M. S.; DE SOUZA, W. C. Reflexões sobre a formação de professores de educação física no PIBID. **Interfaces da Educação**, v. 4, n. 12, p. 7-19, 2015.
- LIMA MONTEIRO, Jorge Henrique et al. O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: DIALÉTICA ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA. **HOLOS**, v. 3, p. 1-12, 2020.
- LYRA, V. B.; MAZO, J. Z.; BEGOSSI, T. D. A educação física no currículo da formação de professores primários no Rio Grande do Sul (1877-1927). **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.
- MARQUES, F. B.; FIGUEIREDO, Z. C. Diretrizes curriculares nacionais e suas repercussões nos currículos de formação docente em Educação Física. **Motrivivência**, v. 26, n. 43, p. 30-43, 2014.
- MENDES, C. L.; PRUDENTE, P. L. G. O currículo de formação dos cursos de educação física: novas rupturas ou antigas continuidades? **Revista Formação Docente**, v. 3, n. 5, p. 70-84, 2011.
- MENDES, K.; SILVEIRA, R.; GALVÃO, C. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.
- MORENO, J. H.; Et al. Análise das grades curriculares dos cursos superiores de educação física do Brasil sob a perspectiva da praxiologia motriz. **Acciónmotriz**, n. 20, p. 47-62, 2018.
- NUNES, M. L. F.; NEIRA, M. G. EU S/A: a identidade desejada na formação inicial em Educação Física. **Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo**, v. 44, p. 66, 2018.
- OLIVEIRA, I. B. de et al. Produção acadêmica na iniciação científica: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência como lócus de produção do conhecimento. **Motrivivência (Florianópolis)**, p. 245-261, 2017.
- ORNEL NUNES, K.; POULSEN, F.; DUEK, V. Aspectos curriculares da formação em Educação Física para a docência na Educação Infantil. **Zero-a-Seis**, v. 22, n. 41, p. 107-124, 2020.
- PIZANI, J.; BARBOSA-RINALDI, I. Organização curricular dos cursos de educação física no Paraná: características da licenciatura e do bacharelado. **Journal of Physical Education**, v. 25, n. 1, p. 95-108, 2014a.
- PIZANI, J.; BARBOSA-RINALDI, I. Identidade dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física no Paraná: uma análise das áreas do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 28, n. 4, p. 671-682, 2014b.
- PURIFICAÇÃO, M. M.; Et al. O ensino e aprendizagem no curso de educação física na modalidade a distância. **Revista Observatório**, v. 4, n. 5, p. 579-596, 2018.

- RICHARDSON, R. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- ROCHA, J.; NASCIMENTO, J. (Re) investimento na integralidade da formação do licenciado em educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 39, n. 1, p. 56-62, 2017.
- ROCHA, B.; DOS SANTOS COELHO, F.; TOLEDO, F. Licenciatura e bacharelado em educação física: impactos na formação profissional no estado de Minas Gerais. **REVES-Revista Relações Sociais**, v. 2, n. 1, p. 0103-0118, 2019.
- SÁ-SILVA, J.; ALMEIDA, C.; GUINDANI, J. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.
- SANTOS, W.; DE PAULA, S.; STIEG, R. Avaliações institucionais e de sistemas na formação de professores em Educação Física na América Latina. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 26, n. 1, p. 99-116, 2019.
- SAVIANI, D. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, n. 24, 2012.
- SILVA, M.; KLEIN, L.; CAVAZOTTI, M. Implicações das atuais políticas educacionais na formação de professores em Educação Física: um estudo sobre a subjetividade do professor. **Práxis Educativa (Brasil)**, v. 10, n. 1, 2015.
- SILVA, R.; GAWRYSZEWSKI, B. A oferta da formação de professores em educação física na modalidade de educação a distância no Brasil. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 21, n. 3, p. 760-781, 2019.
- SILVA SOUZA, M.; FUCHS, M.; RAMOS, F. Diretrizes Curriculares Nacionais e o processo de formação de professores em Educação Física: análise a partir da legalidade, conhecimento e mundo/mercado de trabalho. **Motrivivência**, v. 26, n. 43, p. 17-29, 2014.
- SILVA, S.; SOUZA, C.; CHECA, F. Situação do estágio supervisionado em IES privadas da grande São Paulo. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 16, n. 3, p. 682-688, 2010.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20-45, 2006.
- TITTON, M.; TRANZILO, P.; ALVES, M. O embate de projetos na definição das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Educação Física: contribuições do MEEF para formação de professores. **Motrivivência**, n. 25, p. 79-104, 2005.
- VERONEZ, L. F.; Et al. Diretrizes curriculares da Educação Física: reformismo e subordinação ao mercado no processo de formação. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 35, n. 4, p. 809-823, 2013.
- WELTER, J.; SAWITZKI, R. As implicações do subprojeto cultura esportiva da escola-PIBID/EDF para a formação inicial em educação física. **Motrivivência**, v. 26, n. 43, p. 262-276, 2014.
- ZULUAGA, C.; IAOCHITE, R.; SOUZA NETO, S. Colombia, Brasil, Argentina y Chile práctica educativa y orientaciones pedagógicas. **Revista historia de la educacion latinoamericana**, v. 19, n. 29, p. 197-218, 2017.

Recebido em: 07/04/2021

Aprovado em: 19/08/2021